



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES  
CURSO DE LICENCIATURA LETRAS- HABILITAÇÃO LÍNGUA ESPANHOLA**

**JULIANA GOMES DA SILVA**

**UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO  
ENSINO REGULAR EM DUAS ESCOLAS DE CAMPINA GRANDE- PB**

**CAMPINA GRANDE  
2015**

**JULIANA GOMES DASILVA**

**UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO  
ENSINO REGULAR EM DUAS ESCOLAS DE CAMPINA GRANDE- PB**

Trabalho de Conclusão de Curso de  
Licenciatura em Letras- Habilitação  
Língua Espanhola da Universidade  
Estadual da Paraíba

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Christinne Ferreira  
Silva Oliveira

**CAMPINA GRANDE  
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586u Silva, Juliana Gomes da  
Um relato de experiência sobre a inclusão de alunos surdos no ensino regular em duas escolas de Campina Grande [manuscrito] / Juliana Gomes da Silva. - 2015.  
24 p.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.  
"Orientação: Profa. Esp. Christinne Ferreira Silva Oliveira, Departamento de Letras".

1. Educação Especial 2. Inclusão Escolar 3. Surdos 4. Ensino Fundamental 5. Libras I. Título.

21. ed. CDD 371.9

JULIANA GOMES DA SILVA

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO  
ENSINO REGULAR EM DUAS ESCOLAS DE CAMPINA GRANDE- PB

Trabalho de Conclusão de Curso de  
Licenciatura em Letras- Habilitação  
Língua Espanhola da Universidade  
Estadual da Paraíba

Orientador: Profa. Christinne Ferreira  
Silva Oliveira

Aprovada em: 04/12/2015.

BANCA EXAMINADORA

Christinne Ferreira Silva Oliveira Nota 9,5  
Profa. Esp. Christinne Ferreira Silva Oliveira / UEPB  
Orientadora

Eduardo Gomes Onofre Nota 9,5  
Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre / UEPB  
Examinador

GUSTAVO E. CASTELLÓN A. Nota 10,0  
Prof. Ms. Gustavo Enrique Castellón Agudelo / UEPB  
Examinador

Média: 9,6

Aos meus pais, João e Edith, pela dedicação,  
companheirismo, amizade, compreensão e  
paciência. Obrigada por tudo. Amo vocês.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelo dom da vida, pois sem ele nada sou.

A meus pais e meus irmãos por estarem sempre ao meu lado me apoiando, me ouvindo, me ajudando. Vocês são minha fortaleza, meu porto seguro.

Ao meu filho, HEITOR, minha razão de viver. Que chegou durante minha vida acadêmica para fazer-me enxergar o melhor que há de mim, encheu de cor e alegria os meus dias e me dá forças para superar as dificuldades e tristezas. Te amo, vidinha.

Às minhas amigas que foram peça fundamental nos anos de curso. Minha super, hiper, mega, ultra amiga e confidente Gilmara, obrigada pela paciência de ouvir meu lamentos, minhas novidades, foi juntamente com Laís a primeira a saber da minha gravidez e compartilhar comigo a alegria da notícia: à Laís que chegou à nossa turma trazendo sua alegria inconfundível e a Lúcia, a mãezona da turma. Obrigada por terem feito parte dessa história.

À professora orientadora Christinne, por ter ajudado na realização desse trabalho e por ter sido meu suporte quando fui professora de surdos, sanando minhas dúvidas e despertando o desejo de trabalhar em favor da educação deles.

“Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças”

Mantoan

## UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR EM DUAS ESCOLAS DE CAMPINA GRANDE- PB

JULIANA GOMES DA SILVA

### RESUMO

O Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a lei 10.436/02 de 24 de abril de 2002, propõe a difusão e o uso da Libras no Sistema Educacional Federal, Estadual, Municipal e Privado, possibilitando o desenvolvimento de políticas de inclusão de pessoas surdas. Baseado na lei e no decreto citados anteriormente, este trabalho abordará a realidade do ensino de surdos incluídos no ensino regular em duas escolas de Campina Grande, buscando compreender e analisar a situação da comunidade escolar (professores, colaboradores, coordenadores, alunos surdos e ouvintes e intérpretes) que estão se adequando a lei. Ao longo do artigo, serão apresentados relatos de situações que foram vivenciadas por mim quando atuava como professora de espanhol de dois alunos surdos do 8º ano do Ensino Fundamental. E relatos de aulas observadas em outra escola privada com alunos surdos do ensino médio, identificando elementos escolares adaptados para atenderem às necessidades desses alunos. Essa pesquisa tem o intuito de estimular a comunidade escolar a compreender a cultura surda e a língua de sinais e propor uma maior inclusão e interação de todos os envolvidos. Os resultados obtidos com essa pesquisa mostram que as escolas que estão verdadeiramente interessadas na inclusão de alunos surdos no ensino regular, buscam adaptar e aperfeiçoar sua metodologia para dispor um melhor aprendizado para seus alunos. Para este estudo dialogamos com alguns referenciais teóricos como QUADROS (1997), GESSER (2012) e LACERDA (2013) entre outros.

**Palavras- chaves:** Inclusão. Ensino regular. Surdos.

### INTRODUÇÃO

Agora sim, é realidade no Brasil a inclusão de alunos surdos no ensino regular. Apesar de a lei ter sido aprovada há algum tempo, apenas há alguns anos é que ela vem, de fato, sendo colocada em prática.

A inclusão dos surdos em sala de aula não se refere unicamente ao uso de Língua Brasileira de Sinais-Libras aliada a uma metodologia de ensino. A lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, diz que:



Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002)

O surdo tem uma cultura e linguagem próprias e isso também devem ser levadas em consideração. Devemos ter em mente que para o aluno surdo a L1 (língua materna) é a LIBRAS e a língua portuguesa a L2 (a segunda língua), portanto não é tão fácil como pensamos ministrar aula para eles. Muitos desses alunos não sabem LIBRAS, ou seja, desenvolvem uma linguagem particular (isso geralmente ocorre no ambiente familiar chamados de gestos caseiros) e essa linguagem, muitas vezes, não parece em nada com os sinais de Libras. Então, o primeiro passo é o surdo se apropriar da língua de sinais adquirindo-a através da interação com outros surdos usuários da língua. Muitas vezes, eles adquirem tardiamente a língua de sinais e são alfabetizados na Língua Portuguesa simultaneamente.

Ao entrar em sala de aula, muitos profissionais da educação estão se deparando com alun@ surd@ e ficam sem sabem como agir devido à ausência do conhecimento de Libras. Segundo QUADROS:

[...] cabe aos profissionais que estão diretamente em contato com surdos reconhecerem tal complexidade e o estatuto das línguas de sinais. A partir dessa postura e diante de uma proposta bilíngue, os profissionais deverão preocupar-se em adquirir essa língua para que interação com o aluno ocorra verdadeiramente e o aluno tenha acesso a todas as informações. Para que os profissionais aprendam a língua de sinais, o processo será o mesmo de quando se aprende qualquer outra língua. Com certeza tal processo envolve um investimento de tempo considerável... (Quadros 1997,p. 65)

A pesquisa realizada trata-se de um estudo de caso que, segundo Assis (2011, p.20-21), “envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita um conhecimento amplo e detalhado do(s) mesmo (s)”.

O estudo realizado sobre a inclusão de surdos aconteceu em duas (02) escolas regulares privadas de Campina Grande-PB

Assim, este trabalho é o relato de momentos vividos pela pesquisadora em sala de aula com alunos surdos e em contato com outros profissionais em escolas ditas inclusivas.

Esse estudo foi fundamentado em autores que falam sobre inclusão e educação de surdos como: QUADROS (1997), GESSER (2012) e LACERDA (2013).

O artigo está dividido da seguinte maneira: Introdução, com a apresentação do problema de pesquisa, objetivo e justificativa; Fundamentação teórica, onde é resgatada a teoria que trata do tema em foco; Procedimentos metodológicos, onde é exposto o percurso adotado para a execução da pesquisa; Descrição e Análise de dados e por último, as considerações finais e referências.

## **1. CORRENTES FILOSÓFICAS PRESENTES NA EDUCAÇÃO DOS SURDOS.**

A história da educação de Surdos retrata a presença de três correntes filosóficas: O Oralismo, a Comunicação Total e o Bilinguismo.

O Oralismo teve início a partir do Congresso de Milão (1880), o foco principal era a oralização (uso da fala) como o único meio de comunicação. Essa filosofia educacional durou 100 anos e foi utilizada em todo o mundo. Segundo Goldfield (1997 )

Oralismo concebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada por meio da estimulação auditiva que possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte, desenvolvendo sua personalidade como a de alguém que ouve. Isto significa que o objetivo do Oralismo é fazer a reabilitação da criança surda em direção à normalidade. (GOLDFELD, 2002, p. 34).

Esse período segundo relatos foi de muito sofrimento para os Surdos. Percebendo que não estava havendo avanços na aprendizagem dos alunos, ela foi substituída pela Comunicação Total.

A Comunicação Total aparece em 1960 com a proposta de facilitar a comunicação entre os surdos. Para isso, eles poderiam usar a oralidade, gestos, leitura oro-facial, o alfabeto manual e a escrita.

Os Sinais serviam para fazer com que a fala se tornasse visível, mas a estrutura usada era a da língua oral. Isto significa que tudo que é falado é acompanhado concomitantemente de Sinais, na estrutura da língua oral. Ao mesmo tempo é realizado o treinamento em todos os aspectos, para

propiciar o desenvolvimento dos restos auditivos e da fala. (MOURA, LODI e HARRISON 1997, p. )

Essa corrente filosófica também não deu certo na educação de Surdos. E logo foi substituída pelo Bilinguismo.

O Bilinguismo surge nos anos 80 e permanece até os dias atuais. A sua proposta é que o surdo tenha a Língua de Sinais como língua natural (L1) e a língua portuguesa como segunda língua (L2) na modalidade escrita.

Muitos professores não conhecem e nem se apropriaram ainda do bilinguismo que é a filosofia utilizada atualmente na educação de surdos. Quadros comenta que:

O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escola que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita. (QUADROS, 1997. p. 27 )

Essa corrente visa preparar o aluno surdo para enfrentar situações em que irá usar a língua de sinais e a língua da comunidade ouvinte através da escrita e da leitura. Com o Decreto 5.626, a educação do surdo passou a ser oficialmente bilíngue.

## **2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E VIVÊNCIA EM AMBIENTES INCLUSIVOS.**

A pesquisa foi realizada em duas escolas privadas de Campina Grande com a professora atuando como pesquisadora com alunos de 8º ano do fundamental II, em turmas e turnos diferentes, em duas aulas semanais. Nessa fase da pesquisa apesar de também atuar como professora, procurava conversar com outros colegas professores sobre o rendimento e metodologias aplicadas a esses alunos. Posteriormente, a mesma professora/pesquisadora observou aulas em outra escola de Campina Grande com alunos surdos no ensino médio, em turmas de 1º e 2º ano. Nesta etapa foram observadas aulas aleatórias.

Neste momento será relatada a experiência vivida pela pesquisadora em sala de aula do ensino regular com alunos surdos.

Muitos jovens começam a trabalhar antes mesmo de concluir seus estudos universitários e são pegos de surpresa diante de muitas situações. Comigo não foi diferente, comecei a lecionar faltando um ano para a conclusão do meu curso letras com habilitação em Língua Espanhola e diante de tantas situações adversas em sala de aula, uma delas me intrigava bastante que era a presença de dois alunos surdos, ambos do 8º ano. Eu ficava pensando como iria ensinar a alunos surdos.

Para manter em sigilo a identidade dos alunos irei identificá-los na pesquisa como: **A** aluna Surda do turno da manhã e **J** aluno Surdo do turno da tarde.

Depois que comecei a manter contato com os alunos em sala de aula, passei então a analisar a minha postura e a da escola diante da presença desses dois alunos inseridos em sala de aula junto com alunos ouvintes.

O primeiro problema encontrado foi à falta de informação por parte dos diretores e coordenadores da instituição por não terem avisado em momento algum aos professores sobre a inclusão dos alunos surdos. E nem sequer comentaram nas reuniões de planejamento antes de iniciarmos o ano letivo. No entanto, no momento da apresentação nas turmas, fui surpreendida com a presença desses alunos.

O segundo problema foi eu não saber como agir diante deles e muito menos como iria ministrar aulas de língua estrangeira para alunos que não ouviam e não oralizavam (fazer uso da fala).

Partindo desse princípio, fui à busca de informações para melhorar o relacionamento com meus alunos surdos e também procurar uma maneira de fazê-los compreender um pouco as minhas aulas e se sentirem de fato incluídos no ensino regular, como admite a lei.

No momento que soube da presença desses alunos nas minhas aulas a primeira coisa que pensei foi em me comunicar através da escrita. Mas, encontrei dificuldades com **A.**, pois a mesma não era alfabetizada na língua portuguesa.

Já **J.** por sua vez usava aparelho auditivo, ouvia e falava pouco. Ele optava mesmo pela comunicação fazendo uso de Libras.

Com **A.** não obtive muito sucesso de comunicação, não só pela minha falta de conhecimento, mas também pelo próprio temperamento reservado dela, muito quieta e sempre desenhando, falando com poucos amigos que tinha na sala.

Com **J.** a comunicação fluía mais facilmente, pois ele tinha um temperamento mais extrovertido e por ser alfabetizado na língua portuguesa, isso facilitou a nossa comunicação através da escrita.

Nesse mesmo período em que comecei a lecionar, também iniciei as aulas do componente curricular: Língua Brasileira de Sinais-Libras, na universidade. Foi então que obtive um pouco de conhecimento sobre os surdos e a cultura surda. O que para mim como professora, não foi (e em minha opinião ainda não é) suficiente para ter uma boa comunicação com alunos surdos. No curso de Letras espanhol o componente curricular Libras é estudado no 9º semestre, sendo apenas duas aulas semanais e ministrado juntamente com Letras português e Letras inglês. Quando na verdade deveria ser visto antes, e se possível também ao final do curso, separado por habilitação (português, espanhol ou inglês), pois assim cada um saberia como agir de acordo com a disciplina ao qual estuda/ trabalha.

O objetivo principal da disciplina - LIBRAS, inclusive no texto da lei, é uma melhor formação de professores para atuação em salas de aula inclusivas que, possivelmente, terão a presença de alunos com os mais diversos tipos de deficiência, incluindo a surdez. (SANTOS E CAMPOS, 2013, p. 242)

Mas por outro lado:

... o Decreto 5.626 não explicita de que forma essa disciplina deve ser oferecida, sua carga horária, que conteúdos devem ser abordados, e, dessa forma, o que pode ocorrer é uma banalização da LIBRAS, de forma que seu ensino apenas cumpra o que é exigido pela lei mas que não contemple as necessidades reais dos professores em formação. (SANTOS E CAMPOS, 2013, p. 240).

Um terceiro problema são com os próprios colaboradores da escola porque apenas uma professora e a coordenadora (na época) tinham conhecimento básico da língua de sinais. Isso restringia a comunicação desses dois alunos com a comunidade escolar e de certa forma não os incluíam como a própria escola imaginava estar fazendo. Percebi certo descaso por parte da escola, já que nunca foi realizada nenhuma reunião para sanar as dúvidas existentes e que a única informação que nos foi passado era para trata-los da mesma forma que os alunos ouvintes, tanto nas aulas como exercícios e avaliações.

Algumas poucas informações sobre a cultura surda e a maneira como adaptar a aula para surdos, nos foi passado pela mãe de **A.** através de apostilas. Algumas coisas foram acatadas pela escola, mas infelizmente não obtivemos resultado positivo.

Foram seis meses tentando uma maneira de transmitir os conteúdos de forma clara para os alunos surdos e ouvintes, enfrentando muitas dificuldades. Não

sabíamos como avaliá-los e nem como adaptar e corrigir as provas. **J.** tinha um pouco mais de facilidade em entender os enunciados, mas suas respostas eram confusas e eu tinha muita dificuldade de compreensão; **A.** tinha o auxílio da única professora com conhecimento em LIBRAS.

Um quarto problema detectado foi a maneira de avaliar esses alunos. Pois, no início do ano, no primeiro bimestre (e em anos anteriores, conforme me informaram) o aluno **J.** levava as provas para responder em casa. Atitude esta que comprometeu seriamente o aprendizado deste aluno. Além de tratá-lo como incapaz.

Meu maior desafio de fato foi com **A.**, pelos motivos já citados anteriormente. Neste mesmo ano, no segundo semestre a mãe de **A.** contratou, por conta própria, duas intérpretes que trabalhavam dias alternados. Mas, o resultado não foi positivo. **A.** inicialmente rejeitou as intérpretes e simplesmente as ignorava, foi quando uma delas saiu do emprego por incompatibilidade de horários e a outra assumiu todas as manhãs de aula. Não existia muita interação entre as partes (aluno-professor-intérprete) e, em minha opinião, o rendimento de **A.** não evoluiu em nada.

No final do ano letivo, não sei qual o critério utilizado, mas ambos os alunos foram aprovados. **J.** infelizmente não continuou na escola e **A.** foi para o 9º ano.

No ano seguinte, percebi um avanço significativo no aprendizado de **A.** A interação aluno-intérprete-professor melhorou, pois sempre que a intérprete tinha dúvidas sobre o que estava sendo dito na aula ela recorria a mim, para explicar melhor a aluna. As avaliações ainda não eram como eu esperava, mas ao menos ela as realizava na escola, com ajuda da intérprete apenas na explicação dos enunciados e era ela mesma quem escrevia suas respostas.

Muitas vezes a intérprete foi procurada para esclarecer alguns pontos da escrita da aluna que eu não era possível compreender, por não seguir a mesma estrutura da língua portuguesa. Isso porque, são línguas de modalidades diferentes. A língua portuguesa é oral-auditiva. Enquanto que a Língua de Sinais é visual-espacial e simultânea, ou seja, utiliza como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão. No entanto, ainda me encontrava sem meios para me relacionar melhor com ela, pois meu conhecimento em LIBRAS ainda era muito precário.

O ápice da evolução de **A.** na escola foi quando ela teve a oportunidade de participar de uma atividade de apresentação de trabalho, estilo congresso, para alguns alunos da escola. Acredito que ela nunca tinha enfrentado uma situação

semelhante. Mas, se sentiu bastante segura e a apresentação foi excelente, embora muito nervosa devido à experiência vivida. Ela conseguiu expor tudo o que tinha estudado, por ter havido participado ativamente das pesquisas e elaboração do trabalho. Porém, o entusiasmo de **A.** parou por aí. Porque não víamos incentivo por parte da escola em incluí-los em outras atividades como olimpíadas de conhecimento, mostras pedagógicas entre outros.

Portanto, podemos observar que esse foi um exemplo de uma escola que se viu obrigada a cumprir a lei da inclusão, mas que em nenhum momento procurou envolver realmente os alunos na comunidade escolar e incluí-los de fato nas suas atividades. Tanto que atualmente a escola não tem mais nenhum aluno surdo, exatamente por não atender as necessidades desse público em especial.

### **3. TENTATIVAS DE INCLUSÃO DA PRIMEIRA ESCOLA E ANÁLISE DA SEGUNDA ESCOLA INCLUSIVA.**

Em poucos momentos vi a escola tomar alguma atitude realmente inclusiva, quando isso acontecia era por exigência dos pais de **A.** que nunca estavam satisfeitos com a posição da escola diante das necessidades dos surdos. Com o aluno **J.** não foram observadas muitas dificuldades já que ele era alfabetizado na língua portuguesa e também ouvia e falava um pouco. As dificuldades eram mais notórias com **A.**

A primeira medida tomada foi mudar o posicionamento das carteiras, que eram enfileiradas e passaram a ficar em semicírculo, para que desta maneira **A.** pudesse ver a movimentação da sala e promover uma interação com os demais alunos, fato que não aconteceu. Essa mudança só fez com que **A.** ficasse mais dispersa devido o posicionamento da carteira que passou a ficar na lateral do quadro e ela se sentava na frente. Isso dificultou a visualização do quadro, do professor e do intérprete. Uma tentativa frustrada de adaptação.

Os eventos escolares como gincanas, jogos colegiais, olimpíadas de conhecimento e mostras pedagógicas nunca fizeram parte da rotina escolar desses alunos surdos, pois em nenhum momento o aluno foi envolvido nessas tarefas, exceto o evento da apresentação de trabalho estilo congresso, sendo este o único ponto positivo para a escola.

Em relação ao restante da comunidade escolar, tais como: colaboradores, professores, coordenação e direção. Principalmente, a direção e coordenação nunca procuraram, juntamente com os demais, traçar meios de interagir com os alunos surdos. Nunca foram propostas palestras, aulas de LIBRAS nem mesmo planejamento específico para as turmas com alunos surdos, de maneira que estes sempre foram “excluídos” das aulas. Embora a mãe de **A.** sempre estivesse orientando sobre alguns pontos. Mas, nem sempre tínhamos o aval da escola para executá-los.

De nada adianta se denominar “escola inclusiva”, se não procura incluir de fato a escola na vida e rotina dos alunos surdos e os alunos surdos na rotina da escola.

Partindo dessa minha experiência busquei pesquisar mais sobre a inclusão dos alunos surdos no ensino regular e pude observar que quase todas as escolas agem da mesma forma, ou seja, fingem que são inclusivas quando na verdade são exclusivas.

Em outra escola de Campina Grande- PB que tem alunos surdos no ensino médio incluídos houve a ocorrência de um aluno que não permaneceu na escola pelo fato de não conseguir acompanhar as aulas devido seu restrito conhecimento em Libras. Isso enfatiza o fato de que o aprendizado da libras deve ser feita o quanto antes. Pesquisas mostram a diferença na evolução do aprendizado de alunos que são filhos de pais surdos e alunos que são filhos de pais ouvintes, pois esses últimos tem contato com a língua de sinais mais tarde, portanto sendo alfabetizados (em libras e em português) fora da faixa etária.

Ainda nesta escola percebi relatos positivos sobre a evolução dos alunos, inclusive de **A.** que agora estuda nessa escola. Dois alunos que são irmãos (uma no 2º ano do ensino médio e o outro 1º ano no ensino médio) além de frequentarem essa escola particular no turno da manhã, eles também estudam no período da tarde, aprimorando ainda mais seus estudos, embora no turno da tarde estejam no fundamental II ( 9º e 8º ano respectivamente) os professores já puderam perceber o quanto o aprendizado está melhorando, a ponto da aluna do 2º ano ter obtido uma ótima pontuação na redação do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Os surdos tem uma rotina bem ativa nessa escola, participando de eventos como mostras pedagógicas, aberturas de jogos internos, seminários, trabalhos e atividades em grupos, sejam grupos somente de alunos surdos ou grupo misto. Em



uma mostra pedagógica realizada com uma turma do fundamental I (que tinha um aluno surdo) o tema trabalhado foi a inclusão social e logo após essa mostra pedagógica a escola juntamente com um surdo e um intérprete montaram um curso de libras com duração de 60H para colaboradores, professores e demais interessados em LIBRAS. Em outro evento os alunos surdos do ensino médio até recitaram em LIBRAS, um poema de uma artista da região, emocionando a todos que estavam presentes no local. **A.**, mostrou-se uma aluna participativa e dinâmico. Nem de longe lembra aquele aluno que conheci na outra escola, sempre calado e introvertido. De fato essa escola está tentando ser inclusiva. Claro que ainda precisa adaptar algumas coisas, mas pude perceber que a escola está disposta a atender bem as necessidades dos alunos surdos.

#### **4. ATUAÇÃO DOS INTÉRPRETES NA SALA DE AULA INCLUSIVA E AVALIAÇÃO DOS ALUNOS SURDOS.**

Os alunos surdos estudavam no turno da manhã sendo em turmas diferentes: uma de primeiro ano e outra do segundo ano, ambas do ensino médio. A escola contratou duas intérpretes que não são fixas nas salas, elas alternam dependendo das aulas. As mesmas são profissionais da área de educação, ambas com experiência e cursos de Libras.

Conversando com as intérpretes durante uma visita a escola, elas me relataram ter um bom relacionamento com os professores. E sempre que possível eles pedem esclarecimentos com relação à adaptação das aulas para os alunos surdos, dicas de como avaliá-los e de como trabalhar as atividades de preparação para o ENEM.

Embora as intérpretes não participem dos planejamentos no início do ano, a medida que os eventos, aulas e avaliações aconteciam na escola, coordenadores e professores buscam juntos com as intérpretes uma melhor maneira de envolver os alunos surdos nessas atividades.

Uma das formas de promover a parceria entre profissionais, e desenvolver práticas que beneficiem o aprendizado dos alunos surdos, é envolver o ILS no planejamento das atividades. O ILS precisa ter acesso aos conteúdos que serão ministrados para se preparar com antecedência e, assim,

oferecer uma boa interpretação. (LACERDA, SANTOS, CAETANO. p.196. 2013)

O sistema de avaliação nessa escola é bem flexível, utilizando muito o sistema de avaliação contínua, principalmente para essas turmas com alunos surdos, já que eles visam aproveitar cada atividade realizada pelos alunos em sala de aula com a presença das intérpretes.

Mesmo com essa avaliação contínua eles também fazem uma prova escrita que é comum para alunos surdos e ouvintes. Os alunos surdos tem apenas um pequeno auxílio quanto à leitura dos enunciados onde é feita uma interpretação em língua de sinais pelo intérprete com a explicação do professor.

O professor por sua vez, também tem algum auxílio do intérprete para compreender a escrita dos alunos surdos.

No entanto, intérpretes e professores passaram a perceber que estava havendo uma maior autonomia por parte dos alunos surdos em relação às avaliações escritas. Isto porque, eles não pedem mais ajuda para compreender enunciados e estão obtendo um rendimento positivo. Isso mostra que a inclusão está acontecendo de alguma forma. Ainda não está como se deseja, mas aos poucos as coisas vão se modificando e acontecendo.

.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Atuei pouco tempo como professora de alunos surdos, mas foi o bastante para perceber como ainda estava despreparada com relação ao ensino para surdos. Mas, por outro lado esse pouco tempo foi o suficiente para abrir meus olhos diante da necessidade de abranger meus conhecimentos nessa área, buscando recursos para aperfeiçoar e adaptar minhas aulas tornando-as adequadas para essa clientela.

Durante os estudos e a realização dessa pesquisa comecei a perceber que atualmente está havendo um maior interesse das pessoas pela LIBRAS. Também é notório um avanço significativo na disponibilidade de cursos de Libras sejam eles presenciais ou à distância. Em vários lugares já existe este tipo de curso na Associação de Surdos de Campina Grande-PB, na universidade como um curso de extensão, nas igrejas e até em associações de moradores de alguns bairros de Campina Grande.

É de extrema importância fazer com que as escolas sejam realmente inclusivas, para isso é preciso investir em tempo e estudo para compreender a necessidade desses alunos e tornar o ensino acessível aos surdos. Percebi ao realizar essa pesquisa que algumas escolas estão apenas preocupadas em obedecer à lei, porém, outras buscam incluir os alunos no ensino regular com a finalidade de capacitá-los e prepará-los para vida profissional.

## RESUMEN

Decreto 5626 de 22 de diciembre de 2005, que reglamenta la Ley 10.436 / 02 de 24 de abril de 2002, propone la difusión y utilización de libras en el Sistema Educativo Federal, estatal, municipal y privada, lo que permite el desarrollo de la política la inclusión de las personas sordas. Sobre la base de la ley y el decreto mencionado anteriormente, este trabajo abordará la realidad de la educación de los sordos se incluye en la educación regular en dos escuelas en Campina Grande, tratando de entender y analizar la situación de la comunidad escolar (profesores, empleados, ingenieros, estudiantes sordos y oyentes e intérpretes) que se están adaptando a la ley. A lo largo del artículo, se presentarán informes sobre la situación que se han experimentado por mí cuando me desempeñé como profesora de español dos estudiantes sordos del octavo grado de la escuela primaria. Y los informes de las lecciones observadas en otra escuela privada con estudiantes de secundaria sordos, identificando elementos educativos adaptados para satisfacer las necesidades de estos estudiantes. Esta investigación tiene como objetivo animar a la comunidad escolar a entender la cultura sorda y la lengua de signos y proponer una mayor inclusión y la interacción de todos los involucrados. Los resultados de esta encuesta muestran que las escuelas que están verdaderamente interesados en la inclusión de estudiantes sordos en la educación general, tratan de adaptar y perfeccionar su metodología para proporcionar un mejor aprendizaje para sus alumnos. Para este estudio diálogo con algunas referencias teóricas como QUADROS (1997), GESSER (2012) y LACERDA (2013) entre otros.

**Palabras-clave:** Inclusión. La educación regular. Sordos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 5. 626. Brasília, 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. Lei nº 10.436. Dispõe sobre a Língua brasileira de Sinais- Libras- e outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 abr.2002..

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais** – adaptações curriculares: estratégias de ensino para educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Secretaria de Educação Fundamental/ Secretaria de Educação Especial. SEF/SEESP: Brasília, 1998.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1998.

CAETANO, Juliana Fonseca; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. Estratégias metodológicas para ensino de alunos surdos. *In*: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um aluno surdo, e agora?** São Carlos: EdUFSCar, 2013.

CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. SANTOS, Lara ferreira dos. O ensino de libras para futuros professores da educação básica. *In* : LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um aluno surdo, e agora?** São Carlos: EdUFSCar, 2013.

GESSER, Audrei. **Libras? que língua é essa?** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009

\_\_\_\_\_. **O ouvinte e a surdez:** Sobre ensinar e aprender LIBRAS. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. **A criança surda.** São Paulo: Plexus, 1997

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda** – linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2ª ed. São Paulo: Plexus, 1997.

\_\_\_\_\_ **A criança surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista. 2 ed. São Paulo: Plexus, 2002.

LACERDA, Cristina B. F. de. POLETTI, Juliana E. **A escola inclusiva para surdos: A situação singular do intérprete de língua de sinais.** FAPESP/ANPED, 2004.

\_\_\_\_\_. SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um aluno surdo, e agora?** São Carlos: EdUFSCar, 2013.

MOURA, Cecília de. LODI, Ana Clara B. HARRISON, Kathryn M. R. História e Educação: o Surdo, a Oralidade e o Uso de Sinais. *In:* LOPES FILHO, Otacilio de C. **Tratado de Fonoaudiologia.** São Paulo: Roca. 1997.

MOURA, Maria Cecília de. "Surdez e Linguagem." *Tenho um Aluno Surdo, e agora:* 13-26.

QUADROS, R.M. **A educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre : Artmed, 1997.

\_\_\_\_\_. **Alfabetização e o ensino da língua de sinais.** Canoas: Textura, 2000.